



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124528 - MG (2020/0049862-3)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : CESAR MILTON DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : RANDI SCALIONI SIQUEIRA - MG104923  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÊU** : GILMAR SANA

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **CESAR MILTON DE SOUZA** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada pelo suposto cometimento do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *mandamus*, alega o recorrente ser extemporânea a custódia cautelar, pois, decretada 4 meses após a ocorrência dos fatos sem que qualquer fato novo tenha sido apresentado para justificá-la.

Sustenta que as substâncias apreendidas são insuficientes para motivar a preventiva, pois, inerentes ao próprio tipo penal, bem como que as instâncias antecedentes não apresentaram elementos concretos para demonstrar o risco de reiteração delitiva do paciente. Destaca que a medida extrema está amparada apenas na gravidade abstrata e na hediondez do delito.

Defende a ocorrência de *reformatio in pejus*, por ter a Corte de origem acrescentado fundamentos para manter a medida extrema.

Requer, assim, o relaxamento ou a revogação da preventiva ou, subsidiariamente, a substituição por medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso para revogar a preventiva (e-STJ, fls. 281-285).

**É o relatório.**

Decido.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, ao receber a denúncia, decretou a prisão preventiva do recorrente com base nos seguintes fundamentos:

" Ocorre que, compulsando detidamente os autos e considerando os fatos narrados pela i. Autoridade Policial a f. 46/49, verifica-se que estão presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, uma vez que: I — estão presentes o *fumus commissi delicti* e o *penculum libertatis*; II — a liberdade do investigado põe em perigo a ordem pública, dado o risco de que continue delinquindo; III — para garantir o curso normal do processo; IV — para conveniência da instrução criminal.

De início, cabe salientar que os crimes em tela são dolosos e a pena cominada é de reclusão.

Consta destes autos que os réus são conhecidos no meio policial pela prática da mercancia ilícita de entorpecentes, inclusive havendo diversos boletins de ocorrência e denúncias em face do réu César Milton de Souza, o que demonstra que, em liberdade, é bem provável que os denunciados continuem se dedicando à atividade criminosa.

Ainda, verifica-se que foram encontradas na residência onde os acusados

foram avistados, 15 (quinze) porções de crack, 1 (uma) porção grande e outra média da mesma droga, além de 1 (um) prato e 1 (uma) faca contendo resquícios de substâncias aparentando ser crack, 1 (um) rolo de fita adesiva, comumente utilizada para embalar drogas e a quantia de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais) em moeda corrente, de origem não comprovada.

A liberdade dos indiciados, a meu ver, gera insegurança social, de modo que põe em risco a ordem pública. Soltos, podem não apenas cometer novos delitos como também inviabilizar o célere julgamento do processo.

Todo o exposto evidencia a periculosidade dos agentes, justificando a decretação de sua custódia cautelar como forma de garantia da ordem pública e a necessidade da medida encontra fundamento no art. 312 do Código de Processo Penal.

Isso posto, com arrimo nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal, decreto a prisão preventiva de CÉSAR MILTON DE SOUZA E GILMAR SANA, como garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da penal" (e-STJ, fls. 198-199).

Consta, ainda, do acórdão impugnado:

"No mais, o MM. Juiz a quo, ao decretar a prisão preventiva do paciente, entendeu presentes os seus pressupostos autorizadores -prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria (fls. 17/18, do doc. ordem n.º 06).

Da análise dos autos, constata-se que foram apreendidas 15 porções de crack, somando 69,47 g, e mais 01 pedra de crack, que pesa 8,42 g (fls. 40/45, do doc. ordem n.º 08 e fls. 03/06, do doc. ordem n.º 12).

Na Delegacia de Polícia, o condutor do flagrante, que culminou na prisão do corréu, afirmou que, após o recebimento de "denúncia anônima" no sentido de que os indivíduos conhecidos como "Cesinha" e Gilmar estariam traficando, policiais compareceram ao local indicado e visualizaram os agentes. Consta que o paciente teria conseguido evadir e que Gilmar foi detido com cinco porções de crack.

No interior da residência mencionada na denúncia, policiais arrecadaram 15 porções de crack, um prato e uma faca contendo resquícios de crack, uma porção maior e uma porção média da mencionada substância, um rolo de fita adesiva e a quantia de R\$144,00 (cento e quarenta e quatro reais).

É de se ressaltar as informações do condutor de que o paciente é conhecido no meio policial pelas várias denúncias por tráfico (fls. 27/28, do doc. ordem n.º 07).

Evidenciando a presença dos pressupostos previstos no artigo 312 do CPP, verifica-se que foi oferecida denúncia e realizada AIJ, estando os autos aguardando o retorno de carta precatória expedida em 07.01.2020, para oitiva de testemunha, à Comarca de Belo Horizonte/MG.

Em continuidade, a necessidade da prisão preventiva foi fundamentada pelo Juiz primevo para a garantia da ordem pública, ressaltando que os indivíduos são conhecidos no meio policial pela prática da mercancia ilícita de entorpecentes.

Nesse sentido, não se pode olvidar que o paciente possui condenação por tráfico de drogas com o fim da execução em 2010 e que teria evadido do estabelecimento prisional em 16/04/2009, sendo recapturado somente em 11/04/2014 (fls. 09/15, do doc. ordem n.º 12), o que evidencia reiteração delitiva e o risco à instrução criminal e à aplicação da lei penal – motivo da preventiva.

Além disso, não devem ser desconsideradas as circunstâncias em que ocorreu a apreensão das drogas (através do recebimento de "denúncia anônima"), tampouco a considerável quantidade e natureza dos entorpecentes, o que demonstra a gravidade concreta do crime.

A seu turno, o requisito elencado no art. 313, I, do CPP também se encontra preenchido, uma vez que a pena máxima cominada ao crime de tráfico imputado ao paciente é superior a 04 anos de reclusão.

É de se destacar também que não há que se falar em ilegalidade da prisão decretada tempos depois dos fatos, na medida em que, nos termos do art. 311

do CPP, “em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial”.

Frise-se, ainda, que, conforme jurisprudência firmada, qualquer outra condição de natureza pessoal favorável ao paciente não é suficiente para autorizar a concessão da liberdade provisória, quando presentes outros elementos que recomendam a manutenção da custódia cautelar.

Em relação à alegada desproporcionalidade da prisão preventiva, sob o fundamento de que em eventual condenação será aplicado ao paciente regime prisional menos gravoso, trata-se de mera conjectura, que somente poderá ser confirmada ao fim da instrução criminal, com a prolação de sentença penal - sem olvidar o encarceramento se justificar no art. 282 inc. I, in fine, do CPP (evitar a prática de infrações penais).

Saliente-se, por fim, que não há que se falar em aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que estão presentes os motivos da segregação cautelar.

Em face do exposto, DENEGO A ORDEM impetrada recomendando agilidade no encerramento do processo a fim de evitar excesso de prazo na formação da culpa (art. 454 do RITJMG)" (e-STJ, fls. 231-236).

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, segundo se infere, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta do delito, em foram apreendidas 15 porções de *crack* (69,47g) e 1 pedra da referida substância (8,42g), bem como no risco de reiteração delitiva do recorrente, pois, além de haver diversas denúncias e boletins de ocorrência registrados contra ele por de tráfico de drogas, possui condenação anterior definitiva também pela prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, na qual se evadiu do regime prisional, em 16/4/2009, tendo sido recapturado para execução da pena em 11/4/2014.

Como cediço, é firme a jurisprudência no sentido de que "a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019).

Cito, a propósito, os seguintes julgados:

"[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente mantida na sentença, a qual indeferiu o direito de recorrer em liberdade com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela natureza e elevada quantidade das drogas apreendidas (177 porções de 'cocaina', com peso de 40,36g e 01 uma porção de 'maconha', com peso de 23,59g), o que denota a necessidade da prisão para resguardar a ordem pública, não havendo falar em existência de evidente flagrante ilegalidade.

[...]

*Habeas corpus* não conhecido."

(HC 393.308/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 6/4/2018).

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO

FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. NÚMERO DE PORÇÕES E NATUREZA DA SUBSTÂNCIA CAPTURADA. CIRCUNSTÂNCIAS DO FLAGRANTE. GRAVIDADE CONCRETA. HISTÓRICO CRIMINAL DO AGENTE. RISCO EFETIVO DE REITERAÇÃO. PERICULOSIDADE SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO. MATÉRIA NÃO ANALISADA NO ARESTO COMBATIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECLAMO CONHECIDO EM PARTE E, NA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

1. Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade efetiva do agente, evidenciada pelas circunstâncias em que cometido o delito e pelo seu histórico criminal.
2. A quantidade de substâncias apreendidas na ocasião do flagrante, a natureza altamente lesiva da cocaína e o fato de os denunciados terem sido flagrados em sua residência enquanto preparavam a droga para comercialização, são fatores que indicam dedicação à narcotraficância, autorizando a preventiva.
3. O fato de o acusado ostentar reincidência específica, é circunstância que reforça a existência do periculum libertatis, autorizando a sua manutenção no cárcere antecipadamente.
4. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a constrição se encontra justificada e mostra-se necessária, dada a potencialidade lesiva da infração indicando que providências mais brandas não seriam suficientes para garantir a ordem pública.
5. Vedada a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância, da tese de desproporcionalidade da medida extrema, quando a questão não foi analisada no aresto combatido."
6. Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta extensão, improvido. (RHC 120.305/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

Destaca-se que, diferentemente do sustentado pela defesa, no caso não ocorreu *reformatio in pejus*, pois a Corte de origem não acrescentou fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar, mas apenas esclareceu quais seriam os antecedentes o acusado, tendo em vista que o Juízo de primeiro grau já havia se valido da necessidade de garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito e do risco de reiteração delitiva do agente, para motivar o decreto preventivo. Portanto, não houve o agravamento da situação do acusado em recurso exclusivo da defesa (HC 442.328/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 25/6/2018).

Ademais, não há falar em ausência de contemporaneidade entre os fatos e a prisão do agente, eis que não houve flagrante do acusado e a prisão preventiva foi decretada quando do recebimento da denúncia. Ao que tudo indica, o caso demandou investigação, com oitiva de diversas pessoas, sendo que os indícios de autoria surgiram no decorrer das investigações, o que levou ao oferecimento da denúncia e à representação pela prisão preventiva do recorrente e do corréu.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. MOTIVO TORPE E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRISÃO PREVENTIVA. *MODUS OPERANDI*. CRIME COMETIDO EM RAZÃO DE VINGANÇA. RÉU MULTIRREINCIDENTE. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça - STJ firmou posicionamento segundo o

qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. A custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

2. A prisão cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, que demonstraram, com base em elementos concretos, a periculosidade do recorrente e a gravidade do delito, evidenciadas pelas circunstâncias da conduta criminosa - homicídio praticado mediante disparos de arma de fogo, em virtude de vingança, porquanto a vítima era um dos autores de um assalto a ônibus que teve como vítima uma familiar do corréu - somadas à consistente possibilidade de reiteração delitiva, na medida em que ostenta anotações em sua ficha de antecedentes criminais pela prática de outros delitos, sendo inclusive multirreincidente, recomendando-se a custódia cautelar especialmente para a garantia da ordem pública.

3. Não há falar em extemporaneidade entre o delito e o decreto prisional preventivo, uma vez que os indícios de autoria em relação ao recorrente foram detectados após 3 anos da data dos fatos, com o avançar das investigações. Não houve flagrante e a prisão preventiva foi decretada por ocasião do recebimento da denúncia, no curso do processo penal, de acordo com o disposto no art. 311 do Código de Processo Penal.

[...]

6. Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido." (RHC 110.061/AL, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 22/08/2019)

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS CONSUMADOS E TENTADOS. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE PARTICIPAÇÃO NO DELITO. INVIABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS. MODUS OPERANDI. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A prisão preventiva é cabível mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. A negativa de participação no delito, além de demandar profundo reexame dos fatos e das provas que permeiam o processo principal, não demonstra o constrangimento ilegal.

3. Não há falar em ausência de contemporaneidade da prisão quando, no curso das investigações, surgiram os indícios de que o recorrente estaria envolvido na empreitada criminosa, levando, assim, ao requerimento e decretação da prisão preventiva.

[...]

5. Recurso em *habeas corpus* improvido." (RHC 99.374/RS, rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, j. 9/4/2019, DJe 26/4/2019.)

Por fim, pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois o comprovado risco de reiteração delitiva indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do recorrente. Sobre o tema: (HC 542.187/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019; RHC 118.766/SC, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

Ante o exposto **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator